

Quando o assunto é previdência privada, há inúmeros requisitos que devem ser avaliados e constantemente monitorados, seja pelas entidades, pelos patrocinadores ou pelos participantes. Além de todas as questões regulatórias e adequações, quero me deter em alguns pontos principais especificamente sobre a composição das carteiras e o monitoramento da gestão dos fundos dos planos de previdência complementar.

A questão central diz respeito aos perfis de investimentos disponíveis nos planos. Neste quesito, a preocupação não está focada somente na performance da carteira. O ponto principal aqui é avaliar e criar carteiras que tenham diferentes composições de acordo com o apetite ao risco.

O participante quer ter a opção de escolha entre perfis conservador, moderado ou agressivo, porém a definição destes perfis devem estar diretamente relacionada ao quanto de risco o investidor está disposto a correr.

Para que cada plano esteja, de fato, alinhado com esta estratégia, é preciso avaliar e selecionar muito bem o gestor destas opções. Cada um possui uma estratégia diferenciada e cabe à entidade definir qual apresenta a estratégia mais adequada para os seus participantes. A recomendação é fazer um processo de due diligence para avaliar a melhor casa para administrar os recursos de um plano.

Todo processo de due diligence tem como objetivo um levantamento profundo e detalhado de um parceiro, reunindo as informações necessárias para a rodada de decisão. Este é, sem dúvida, o primeiro passo para uma escolha mais certa e alinhada com os objetivos da entidade.

O segundo ponto que quero destacar é que, além da preocupação sobre quem irá administrar o patrimônio, ou parte dele, a entidade deve se atentar à definição clara de uma política de investimentos.

Quando se desenha uma política de investimentos, deve-se discutir e revisitar diversas vezes com os responsáveis para entender qual o perfil para cada fundo do plano, isto é, direcionar os gestores a identificar em quais tipos de ativos financeiros serão os investimentos. A definição de benchmark a ser atingido é de extrema importância para que o plano tenha apetite em acessar mais risco ou não.

Os estudos de Asset Liability Management (ALM) e Asset Risk Management (ARM) são a base para que estas carteiras estejam alinhadas com a política de investimento. Anualmente, esta análise deve ser refeita para avaliação das taxas de juros para os planos. Porém, além desta obrigatoriedade, acompanhar de perto o ALM é fundamental para avaliar a solvência do plano, atentando-se em liquidez e obrigações.

Somente com um gestor alinhado aos seus objetivos, uma política de investimentos clara e um estudo específico é possível, de fato, garantir que os perfis dos planos atendas às necessidades dos participantes e correspondam às expectativas das entidades.

***Eric Marques dos Santos**

é atuário da LUZ Soluções Financeiras

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 07.11.2023.